

O clamor do setor privado pela desestatização da economia, pela redução da participação do governo nas atividades em que ele entende ser da esfera do setor privado e pela diminuição da interferência do governo na economia, tem como sustentação, que alicerça esta postura, a inquebrantável fé que o setor privado tem na livre iniciativa dentro de um contexto mais amplo de uma economia de mercado, onde interagem as de mercado, livremente, sem a participação ou interferência do Estado com seu universo de leis e regulamentos que inibem o livre fluxo de investimentos, que também são cerceados pelas atividades das companhias estatais que invadem o universo do setor privado. Frequentemente se ouve críticas de que o Estado controla aproximadamente 50% da economia e 67% dos recursos financeiros do mercado. O Estado é visto como ávido consumidor de recursos, responsável pela geração de imenso déficit público pressionando sobremaneira os meios de pagamento e a base monetária, criando desta forma insuportáveis pressões inflacionárias na economia. O Estado, como administrador de bens e serviços, é visto como incompetente, ineficiente, lento, corrupto, sem iniciativa, superdimensionado e além da intrínseca vocação para servir de cabide de empregos, ocupando indevidamente o espaço privativo ao setor privado, é movido apenas por inércia política. E que o agigantamento da máquina estatal tem por objetivo a socialização de todos os meios de produção finalizando com um abrangente controle da sociedade. Mais importante ainda o setor privado acusa o Estado de constantes interferências nas atividades do setor com leis, regulamentos e normas, que apenas dificultam o bom funcionamento da economia e limitam a agilidade do setor, criando uma enorme burocracia que impede o funcionamento de uma economia de mercado. Esta é a retórica que fundamenta as teses dos privatistas contra os defensores da estatização e da maior participação e interferência do governo nas atividades econômicas do País.

As críticas ao Estado são em sua grande maioria bem fundamentadas. O Estado tem a sua estrutura superdimensionada, ele administra mal, compra mal e vende mal. É incapaz de otimizar os recursos de que dispõe. Não raramente as empresas estatais e as máquinas autárquicas têm a feição de cabide de empregos, a serviço do núcleo político reinante e, infelizmente, são pouco éticos quando procuram ocupar os espaços do setor privado. A máquina estatal na medida em que ela cresce adquire inércia própria, aumentando sobremaneira o seu peso relativo que desemboca num aumento desproporcional do seu poder. Os recursos que ela apropria, a fatia sempre crescente da economia que ela abocanha, a torna virtualmente inadimistrável. E como o Estado reluta em ceder o espaço conquistado, ocasiona alianças naturais de conveniência tanto com as forças políticas, quanto com os segmentos mais subservientes do setor privado. O Estado pode e deve ser contido. A ele deve ser delimitado um espaço claramente definido, porém não obstante às críticas, o Estado tem um papel fundamental em setores básicos como a energia, telecomunicações, transporte público e setores que são capital intensivo e de longa maturação, onde a iniciativa privada não dispõe de recursos suficientes para investir, e em outras áreas sociais como saúde, previdência, educação e habitação popular.

O importante é manter um equilíbrio entre a iniciativa privada e o Estado, aloçando a cada setor um papel específico, orientado no sentido de sempre maximizar os benefícios das características neles inerentes como, por exemplo, a criatividade, a agilidade, a eficiência e a capacidade de otimizar recursos que são feições do setor privado por um lado, e por outro lado delegar ao setor público um papel eminentemente social onde os critérios de eficiência, lucratividade e outros, atinentes ao setor privado, são de importância e consideração secundária, dando ênfase ao conteúdo social das áreas alocadas ao Estado.

O crescimento indiscriminado da máquina estatal nas últimas duas décadas teve um pano de fundo político, onde o aparato militar, o núcleo do poder, arquitetou um eixo para a sustentação deste poder mais amplo, com o setor privado condescendente, representado pelas supostas elites empresariais num permanente intercâmbio de favores com o apoio, visando perpetuar a estrutura do poder, sendo a sociedade afastada deste eixo de decisões. Este setor privado cedeu enormes espaços neste período, pois era importante que a oligarquia ampliasse a sua presença e atuação para a sua consolidação no poder, angariando sustentação do mundo político, servil, que foi instrumental à manutenção da aliança empresarial-militar com apenas raras e tímidas tentativas de manifestação de oposição, que só se configurou como uma oposição de significativa densidade quando a sociedade engajou nesta empreitada. Assim o crescimento do Estado teve a decisiva participação e colaboração do setor privado que ao respaldar o poder pôde ver realizados os



Palestra feita no Instituto Tancredo Neves, do PFL, em dezembro de 1986, por Lawrence Pih, empresário, conselheiro da Anfac (Associação das Empresas Factoring), Presidente da Câmara de Comércio Brasil-China, e mestre pelo PhD Program da Universidade de Massachusetts, EUA.

Economia, liberdade. E os males do Estado.

No Brasil, a busca de liberdade política e econômica esbarra na gigantesca intervenção estatal. E nas tentações (falsas) que o Estado ainda oferece.

seus objetivos. O fervor religioso com que o setor privado demonstra a crença da livre iniciativa dentro de uma economia de mercado não resiste à uma análise mais profunda. Neste nosso país quase todos os setores têm a proteção do Estado. Há poucas atividades onde o indivíduo é permitido ingressar sem autorização, concessão, registro, carta patente, cota ou outra forma de permissão do Estado. Alguns exemplos são os setores financeiro, trigo, café, açúcar, álcool, suco de laranja, montadores de veículos, seguro, petróleo, petroquímica, turismo e hoteleiro, informática, etc, numa lista interminável. Esta interferência estatal não é apenas aceita pelo setor privado, mas é exigida por ele. Com o objetivo de restringir a concorrência, os membros de cada setor lutam ferozmente para manter os privilégios decorrentes de setores fechados. O

paternalismo do Estado consiste em benesses que o Estado outorga ao setor privado através da reserva de mercado, subsídios de crédito e de pregos nas compras de matéria-prima, isenção ou redução de impostos, proibição de novos concorrentes permitindo a formação de oligopólios ou cartéis, enfim, eliminando as condições imprescindíveis para a existência de uma economia de mercado, onde pode prevalecer a verdadeira livre iniciativa. Como se reconcilia a reserva de mercado e a formação de cartéis e oligopólios com o conceito de uma economia de mercado? E como se reconcilia o cerceamento da concorrência, com a livre iniciativa? Um exemplo clássico desta postura, no mínimo contraditória, é o setor de trigo. Neste setor o governo detém o monopólio na aquisição do trigo, a matéria-prima, aloca em cotas as empresas moagei-

ras financiada por uma instituição financeira, o Banco do Brasil, a juros subsidiados. O governo adequa a oferta com a procura, garantindo a matéria-prima e um mercado cativo ao setor. Determina a quantidade e a qualidade do produto final, cuja destinação também sofre o crivo governamental. Assim a indústria tritícola é considerada uma das mais reguladas na economia do País. O setor, em que 20 das 180 empresas detêm aproximadamente 80% do mercado, se tem empregado junto ao Executivo e ao Legislativo para manter os privilégios, concomitantemente defendendo a livre iniciativa e a economia de mercado certamente apenas a nível da retórica. Claramente o setor quer ver mantido o status quo que é incompatível com a mais branda conceituação de uma economia de mercado. Esta postura é gene-

ralizada e é defendida em incontáveis setores. Na realidade, o setor privado freqüentemente objetiva privatizar apenas o lucro, mas aceita com naturalidade a socialização dos prejuízos decorrentes da manutenção de privilégios a seus próprios segmentos. Em recentes episódios como a concessão de um subsídio de dezenas milhões e quinhentos mil dólares às indústrias de café solúvel; como a postergação dos pagamentos dos empréstimos aos frigoríficos e quando o governo bancou o pagamento de um bilhão e setenta e oito milhões de cruzados referente às dívidas contraídas e não honradas pelos usineiros, demonstram inequivocavelmente a socialização dos prejuízos do setor privado que são em última análise debitados ao contribuinte. Defende-se a livre iniciativa e liberdade de atuação, mas sempre em outros setores e desde que sejam mantidos os privilégios do seu próprio setor. A interferência estatal é admissível desde que venha a assegurar favorecimentos setoriais, nunca para obstruir o mercado cativo que a interferência do governo lhes garante. É desencorajador o nível de hipocrisia do setor privado que não tem a competência, a maturidade e talvez nem a moral para exigir a redução da interferência ou do paternalismo estatal. Em mais dois recentes episódios a empresa presidida por um alto dirigente da Fiesp operacionalizou um underwriting para a subscrição de ações num valor aproximado de quinhentos milhões de cruzados, informando o mercado que o lucro projetado da empresa para o corrente ano era de duzentos e oitenta e seis milhões de cruzados. Posteriormente, após o lançamento, com as ações já subscritas, a empresa revisou o lucro projetado para cinqüenta e seis milhões de cruzados, em pouco mais que um quinto do valor originariamente projetado, causando ao mercado um prejuízo de quase quatrocentos milhões de cruzados. Nem a Bovespa, nem CVM tomaram qualquer providência para apurar as responsabilidades. O segundo episódio envolveu um grupo de especuladores, que chegou a controlar 80% das posições de boi e garrote no Mercado Futuro de Boi, sem que os órgãos do setor privado interviessem com medidas para auto-regular esta distorção; e o Banco Central se viu obrigado a intervir suspendendo as operações. Por contraste em Nova York o I.R.S. (Internal Revenue Service, equivalente à Receita Federal) e o S.E.C. (Security Exchange Commission, equivalente ao C.V.M.) multou o investidor Ivan Boesky em cem milhões de dólares, por ter se beneficiado de insider information em operações de Arbitrage em fusões ou incorporações de empresas. Há evidente falta de seriedade e maturidade do setor privado em conduzir o seu próprio destino via auto-regulamentação. Antes de clamar pela redução da interferência do Estado na economia, o setor privado teria de reavaliar sua postura e procurar entender melhor os princípios básicos que regem a instituição de uma economia capitalista, onde as forças e agentes do mercado se interagem livremente. Ou se aceita as regras do modelo capitalista na profundidade, na extensão e na responsabilidade que isto implica, ou se aceita tutela do Estado na economia, que invariavelmente levará o Estado a ocupar um espaço cada vez maior, levando inexoravelmente à socialização de todos os meios de produção. Não há como exigir "liberdade", autonomia, livre iniciativa, direito absoluto de propriedade, sem assumir a responsabilidade e riscos que isto implica. E como um bom ponto de partida seria aceitar a livre concorrência do mercado sem os instrumentos paternalistas do Estado, que limitam e cerceiam a interação das forças do mercado, como a reserva de mercado, onde apenas um restrito grupo de privilegiados detém estatutariamente este direito. Esta ampla reavaliação significaria a conscientização da necessidade de aceitar as responsabilidades de uma economia livre, que necessariamente implica em determinados riscos em qualquer segmento de investimento. Numa economia onde os agentes agem livremente, não pode existir empreendimentos isentos de riscos. A opção pela livre iniciativa e pela economia de mercado tem um sentido muito mais abrangente que transborda para a esfera política, e será determinante na opção maior do sistema político que desejamos ver instalado neste país. Ou desejamos ver mantido o sistema fechado do recente passado onde pode prevalecer o dito capitalismo selvagem, numa aliança com a estrutura do poder central, onde a liberdade é privilégio de poucos, e onde a competência empresarial se mede apenas pela proximidade dos empresários ao poder, e esta proximidade se traduz em favores e vantagens, ou desejamos implantar um sistema aberto onde sobressai a coragem, a criatividade, a competência e o trabalho. Critérios de avaliação. Na primeira hipótese teremos necessariamente um sistema político fechado e autoritário que tenderá para a socialização numa etapa seguinte. A liberdade política só é compatível com um sistema econômico aberto onde prevalece a livre ação das forças de mercado e num contexto mais amplo significa a própria sobrevivência da democracia.